

DESIGUALDADE SOCIAL NA ÁFRICA DO SUL: HERANÇAS COLONIAIS, APARTHEID E OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA.

SOCIAL INEQUALITY IN SOUTH AFRICA: COLONIAL INHERITANCE, APARTHEID AND THE CHALLENGES OF CONTEMPORARY DEMOCRACY.

Tatiane Araújo Martins Gomes
EJA - Youth and Adult Education –
Faculty FACULESTE Distance
Learning

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a formação e a permanência da desigualdade social na África do Sul, articulando essa trajetória histórica aos desafios da Educação. A pesquisa adota uma abordagem histórica, demonstrando como os processos de colonização europeia e o regime do Apartheid consolidaram estruturas de exclusão racial e econômica que se refletem até os dias atuais. O estudo discute os marcos da democracia sul-africana, desde a transição em 1994 até o recente ponto de inflexão das eleições de 2024, em que o Congresso Nacional Africano (CNA) perdeu a maioria parlamentar absoluta. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo e exploratório. Como proposta de superação, o artigo destaca a filosofia Ubuntu como uma tecnologia social essencial para o ambiente escolar. Conclui-se que, apesar dos avanços democráticos, a África do Sul ainda enfrenta o desafio de superar a herança da exclusão racial por meio de políticas públicas inclusivas e de uma educação fundamentada na solidariedade e na interdependência, essenciais para a emancipação dos sujeitos.

Palavras-chave: África do Sul; Desigualdade social; Apartheid; Colonialismo; Ubuntu.

ABSTRACT: This work aims to analyze the formation and persistence of social inequality in South Africa, articulating this historical trajectory with the challenges of Education. The research adopts a historical approach, demonstrating how the processes of European colonization and the Apartheid regime consolidated structures of racial and economic exclusion that are reflected to this day. The study discusses the milestones of South African democracy, from the transition in 1994 to the recent turning point of the 2024 elections, which led the African National Congress (ANC) to lose its absolute parliamentary majority. The methodology used is bibliographical research, of a qualitative and exploratory nature. As a proposal for overcoming, the article highlights the Ubuntu philosophy as an essential social technology for the school environment. It is concluded that, despite democratic advances, South Africa still faces the challenge of overcoming the legacy of racial exclusion through inclusive public policies and education based on solidarity and interdependence, essential for the emancipation of subjects.

Keywords: South Africa; Social inequality; Apartheid; Colonialism; Ubuntu.

Submitted: November 3, 2025

Accepted: January 27, 2026

Published: April 1, 2026

Corresponding author: Tatiane Araújo Martins Gomes

Email: nykolasravy2013@gmail.com

EJA - Youth and Adult Education – Faculty FACULESTE Distance Learning

INTRODUÇÃO

A ascensão do governo democrático na África do Sul, em 1994, marcou um ponto de inflexão histórico caracterizado por uma dualidade estrutural profunda. Ao mesmo tempo em que herdou a economia mais desenvolvida do continente africano, a nova gestão deparou-se com um legado sistêmico de desigualdades persistentes, manifestas em elevados índices de desemprego, pobreza extrema, severa concentração de renda e níveis alarmantes de violência (Pereira, 2011).

Ao longo de aproximadamente 350 anos, desde a metade do século XVII até o final do século XX, o poder político, econômico e militar do país esteve concentrado nas mãos de uma minoria branca, formada pelos colonizadores (ascendência europeia). A

literatura especializada converge para a tese de que a gênese da profunda desigualdade social contemporânea reside no sistema colonial.

Este é compreendido como uma prática de dominação de um território por outro, com o objetivo de explorar, controlar e expandir poder. Tal dinâmica quase sempre esteve associada a guerras, agressões e à imposição do trabalho forçado, submetendo a população nativa a regimes de exploração sistemática (Pereira, 2011). Ao longo desse arco temporal de três séculos e meio, a supremacia da minoria branca consolidou-se por meio de mecanismos de exclusão sistemática. Para além da redução das populações nativas à condição de força de trabalho subalternizada, o regime colonial institucionalizou restrições severas ao acesso a recursos vitais, como a terra, a água e o gado.

Essa estratégia de cerceamento não apenas desarticulou os modos de produção tradicionais, mas comprometeu deliberadamente a autonomia e os meios de subsistência das comunidades locais, fomentando um ciclo de dependência econômica (Pereira, 2011).

Sob a perspectiva de Pereira (2011), o desenvolvimento da sociedade sul-africana é compreendido como um desdobramento das dinâmicas de exploração iniciadas nos séculos XV e XVI. Nessa linha, a África do Sul não é analisada de forma isolada, mas como integrante de um continente sistematicamente submetido ao projeto colonial. Evidencia-se que o valor estratégico do território africano, identificado precocemente pelos portugueses, transcendia o comércio de metais preciosos e especiarias; residia, fundamentalmente, na conversão do contingente populacional em mão de obra escravizada — o motor essencial para a viabilização econômica das colônias nas Américas.

Durante os séculos XVII e XVIII, a hegemonia portuguesa cedeu espaço ao domínio holandês, que estabeleceu na região um sistema de caráter essencialmente mercantil. Contudo, foi sob a égide britânica, no século XIX, que a África do Sul testemunhou a consolidação de um modelo capitalista industrial, catalisado pelas descobertas de jazidas de ouro em Joanesburgo (1866) e diamantes em Kimberley (1867). Esse marco mineral impulsionou uma presença britânica agressiva e expansionista, que culminou na subordinação dos colonos holandeses e na reconfiguração das estruturas de poder em função do controle sobre os recursos estratégicos (Pereira, 2011).

Em 1913, a institucionalização da segregação avançou com a promulgação de dispositivos legais como o Native Labour Act (Lei Urbana Nativa, que promoveu uma divisão territorial profundamente desigual). Por meio deste mecanismo, reservou-se apenas 7% do território nacional à população negra, que correspondia cerca de 75% da sociedade, enquanto a minoria branca, de apenas 10%, monopolizou 93% das terras mais férteis e produtivas. Essa assimetria espacial foi agravada em 1923, quando novas restrições legislativas proibiram o assentamento de negros em perímetros urbanos, segregando as cidades como redutos exclusivos da elite branca (Pereira, 2011).

Tal processo evidencia que a disputa pelas riquezas do território africano foi historicamente monopolizada pelas elites coloniais europeias, estabelecendo uma assimetria profunda em relação às populações nativas. Nesse cenário, a minoria branca não apenas concentrou o capital, mas delineou, de forma sistemática, uma estrutura social fundamentada na exclusão. Esse projeto de dominação foi o alicerce que predeterminou o destino desigual da sociedade sul-africana, consolidando privilégios raciais em detrimento do desenvolvimento coletivo.

O processo de reconstrução democrática da África do Sul, marcado pela superação das cicatrizes

deixadas pelo regime do Apartheid, oferece um campo fértil para a reflexão sobre os direitos humanos e a educação. Ao analisar a transição de um sistema de segregação institucionalizada para uma ordem baseada no sufrágio universal, percebe-se que a democracia não se consolida apenas por vias eleitorais, mas, fundamentalmente, pela reparação histórica das desigualdades sociais. Neste cenário, a filosofia Ubuntu e as políticas de inclusão emergem como pilares para a redefinição da cidadania e da dignidade humana no continente africano.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com objetivos descritivos e exploratórios. A investigação foi conduzida por meio do procedimento de pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise de obras de autores que discutem a história africana, o colonialismo, o regime do Apartheid e seus desdobramentos na contemporaneidade. A coleta de dados concentrou-se no levantamento de fontes secundárias, incluindo artigos científicos, livros, documentos governamentais e registros históricos. Entre os principais referenciais teóricos utilizados, destacam-se: As análises históricas e políticas de Analúcia Danilevicz Pereira (2011) sobre a formação da desigualdade sul-africana; Os estudos de Jacqueline Haffner (2022) sobre a formação do Estado nacional e as disparidades no campo; A fundamentação filosófica sobre o Ubuntu, com base em Marcos Vinicius Lemes (2020) e nos preceitos de Desmond Tutu.

A análise dos dados foi realizada de forma analítico-discursiva, buscando estabelecer correlações entre os processos de exclusão histórica e os desafios atuais da democracia na África do Sul. Além disso, a pesquisa buscou integrar esses achados ao campo da educação, utilizando a filosofia Ubuntu como categoria analítica para a reflexão pedagógica e para a proposição de práticas fundamentadas na solidariedade e na reparação histórica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A oficialização do regime do Apartheid, em 1948, consolidou uma estrutura de dominação racial sem precedentes na história contemporânea. O termo, derivado do africâner e traduzido como 'separação', passou a designar um sistema político-institucional de segregação que perdurou até 1994. Sustentado pela premissa ideológica da supremacia branca, o regime foi operacionalizado por meio de um robusto arcabouço legislativo promulgado entre 1948 e 1971. Conforme analisa Pereira (2011), esse conjunto de leis não apenas segregou o espaço físico, mas institucionalizou a disparidade de direitos, garantindo o monopólio do capital e do poder político à minoria europeia, enquanto promovia a destituição sistemática da cidadania da maioria negra.

Historicamente, o crescimento de uma camada

socio-racial mestiça, fruto das relações entre colonos europeus e mulheres africanas em condições de vulnerabilidade ou escravidão, foi percebido pelas elites como uma ameaça à integridade do sistema segregacionista. Para conter essa hibridização e preservar as fronteiras raciais, o Estado converteu normas sociais em dispositivos legais punitivos de longa duração. Entretanto, a análise de Pereira (2011) expõe o paradoxo central dessa legislação: enquanto o arcabouço jurídico visava exilar a população negra dos perímetros de privilégio branco, ele simultaneamente garantia que essa massa populacional permanecesse em uma zona de proximidade periférica, assegurando a oferta contínua de mão de obra barata e subalternizada.

Antes de aprofundar a análise dos marcos históricos que situam a África do Sul entre as nações com os maiores índices de disparidade global, torna-se imperativo delimitar a estratificação dos grupos sociais em disputa. A hegemonia era exercida pela 'minoridade branca', termo que aglutina as elites de ascendência europeia detentoras do capital e do poder estatal. Dentro deste estrato, sobressaíam os afrikaners, descendentes das levas migratórias dos séculos XVII e XVIII, com uma composição étnica predominantemente holandesa e germânica, mas também com influências francesas e britânicas. No polo oposto dessa estrutura, encontrava-se a vasta maioria negra, submetida a um processo de marginalização sistêmica e convertida em força de trabalho exaurível, destituída de prerrogativas políticas e sociais fundamentais.

A consolidação do Apartheid não ocorreu em um vácuo político, mas em constante tensão com o fortalecimento da resistência antirracista. Um marco fundamental desse processo foi a fundação do Congresso Nacional Africano (CNA), em 1912, configurando-se como a primeira organização política de representatividade negra na África do Sul. Inicialmente, a liderança do CNA, composta majoritariamente por intelectuais formados em instituições missionárias e universidades europeias, adotou uma postura diplomática e conciliatória. No entanto, essa moderação pragmática foi tensionada pelo crescimento das mobilizações de base: a efervescência das greves e o ativismo dos trabalhadores negros forçaram uma reorientação estratégica do partido rumo a um programa de confrontação mais incisivo contra a estrutura segregacionista.

Os primeiros líderes do CNA acreditavam ser possível negociar com os afrikaners a revisão das leis segregacionistas, bem como convencer os britânicos a admitir a participação política da população negra. Entretanto, tais tentativas fracassaram diante da intensificação da mobilização popular: mais de 300 greves foram registradas, envolvendo cerca de 58 mil trabalhadores negros e 60 mil brancos descontentes com o sistema político vigente. Esses movimentos revelaram a insatisfação generalizada e expuseram a força das manifestações sociais contra o regime racista então

predominante (Pereira, 2011).

Em decorrência das sucessivas greves e da crescente repressão estatal, formou-se no interior do CNA uma ala mais radical, liderada por Nelson Mandela e Oliver Tambo. Em 1958 foi criado o Congresso Pan-Africanista (PAC), que passou a disputar espaço político e ideológico com o CNA. Entretanto, a intensificação das manifestações populares, muitas delas marcadas por forte repressão e violência, levou a um episódio decisivo em 1960: o massacre de Sharpeville, no qual protestos contra a lei que restringia a circulação de trabalhadores negros em áreas reservadas aos brancos resultaram em centenas de mortes e feridos.

Após o massacre o governo declarou a ilegalidade do CNA, do PAC e do Partido Comunista Sul-Africano, ou seja, este evento não apenas resultou em centenas de vítimas, mas serviu de pretexto para que o regime declarasse a ilegalidade das principais frentes de oposição, forçando-as à clandestinidade. Cabe ressaltar que a sustentação do Apartheid não se limitava ao apoio interno. O regime foi sustentado por uma simbiose com o capital internacional, que encontrou na África do Sul um ambiente de alta rentabilidade. Para as corporações globais, o sistema de segregação atuava como um regulador de mercado que garantia o acesso ininterrupto a vastas riquezas minerais e, fundamentalmente, a uma oferta abundante de mão de obra subalternizada e de baixo custo, mantida sob rigoroso controle estatal.

Durante a vigência do Apartheid (1948-1994), a matriz econômica sul-africana foi hegemônica por uma elite de empresários e latifundiários afrikaners. Este modelo de acumulação era estruturalmente dependente da força de trabalho da população negra, sistematicamente mantida em condições de baixa qualificação e remuneração ínfima. Conforme observa Pereira (2011), a engrenagem produtiva do país consolidou um paradoxo colonial tardio: enquanto o capital permanecia concentrado em uma minoria de ascendência europeia, a sustentabilidade do sistema repousava na expropriação contínua da mão de obra nativa, cristalizando o caráter excludente e as assimetrias estruturais do regime.

Em suma, a economia sul-africana tinha como base a exportação de produtos primários. Posteriormente, passou a se sustentar pela exploração de ouro e diamantes e, em seguida, avançou para um processo de industrialização. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), na década de 1960 a expansão industrial colocou a África do Sul entre as dez economias mais ricas do mundo. Nesse contexto, o governo sul-africano passou a adotar políticas voltadas para a busca de autossuficiência, procurando reduzir a dependência externa e diversificar sua base produtiva em diferentes setores.

Segundo Haffner (2022), na década de 1960, a discriminação racial já havia se tornado o eixo central

de todas as esferas da vida sul-africana. Em resposta, o CNA articulou campanhas de desobediência civil que, embora pautadas na não violência, foram sistematicamente esmagadas pelo aparato repressivo estatal.

Essa realidade conferiu à economia uma natureza profundamente ambígua. De um lado, a África do Sul modernizava-se e integrava-se ao capitalismo global como uma potência industrial emergente sob controle da minoria branca. De outro, conforme reforça Pereira (2011), essa modernização dependia da preservação de um regime colonial interno. O Estado precisava manter a população negra em um estado de 'não cidadania' e sem direitos sociais básicos para assegurar que a oferta de mão de obra permanecesse barata e politicamente desarticulada, permitindo que os lucros industriais da elite branca continuassem a crescer sem as pressões de um mercado de trabalho livre.

Após o ciclo de expansão econômica verificado na década de 1960, a África do Sul ingressou em um período de profunda crise estrutural que se estendeu até os anos 1980, atuando como o catalisador do colapso do Apartheid. A institucionalização da segregação racial não apenas fragmentou o tecido social, mas converteu o país em um epicentro de instabilidades políticas e conflitos sistêmicos. Nesse cenário, a persistência da minoria branca em preservar sua hegemonia, confrontada pela crescente mobilização da maioria negra por direitos civis e equidade, cristalizou uma desigualdade socioeconômica de base racial, cuja rigidez tornou o sistema produtivo e político progressivamente inoperante.

Diante da iminência de um colapso, o Estado sul-africano adotou uma postura de reformismo pragmático na década de 1980, buscando preservar o núcleo do monopólio político branco através de concessões periféricas. Segundo Pereira (2011), essa manobra visava camuflar a natureza excludente do sistema sem alterar suas estruturas fundamentais de poder. Medidas de caráter simbólico foram implementadas, como a revogação da legislação que criminalizava uniões inter-raciais e a flexibilização das restrições à filiação partidária multirracial. Contudo, tais reformas não alteraram a essência da desigualdade estrutural, funcionando mais como um paliativo diplomático do que como uma democratização efetiva.

Em 1986, o governo sul-africano promulgou leis que eliminaram algumas restrições impostas aos negros em áreas reservadas à população branca e instituiu um documento único de identidade para todos os cidadãos. No entanto, tais medidas não produziram os efeitos esperados. As contradições sociais internas, somadas às pressões regionais e internacionais contra o regime, provocaram divisões no interior do Partido Nacional, culminando na formação de duas correntes distintas. A ala mais radical rompeu com o partido e fundou o *Partido Conservador*, cuja principal pauta era a manutenção rigorosa do

Apartheid.

O dia 2 de fevereiro de 1990 representou um marco decisivo na história da África do Sul. Nessa data, o então presidente Frederik Willem de Klerk anunciou a legalização de todos os partidos até então banidos, entre eles o CNA, o PAC e o Partido Comunista Sul-Africano. No mesmo pronunciamento, comunicou a libertação de Nelson Mandela, que havia sido preso em 1963 e condenado à prisão perpétua em razão de sua liderança nas intensas manifestações de resistência contra o regime racista. De Klerk declarou, ainda, estar disposto a negociar com os "novos" atores políticos uma Constituição nacional e a revogar as medidas repressivas que restringiam a liberdade de imprensa e os direitos dos presos políticos.

As medidas anunciadas por De Klerk possibilitaram a construção de um cenário de cooperação entre o governo e as forças de oposição, além de favorecerem a recuperação da credibilidade internacional da África do Sul. A instabilidade política anterior havia comprometido profundamente a imagem do país nas relações externas, gerando desconfiança e isolamento. No entanto, apesar da nova projeção internacional conquistada a partir de 1990, permanecia um enorme desafio interno: enfrentar a pobreza que atingia a maioria da população e reduzir a profunda desigualdade social que continuava a marcar a sociedade sul-africana (Pereira, 2011).

Entre os diversos períodos marcados por turbulência, divisões políticas, luta antirracista e persistência da desigualdade social, o governo de Thabo Mbeki destacou-se como particularmente problemático. Embora contasse com o apoio de setores intelectuais, bem como das médias e altas classes urbanas (negras e brancas), sua administração aprofundou as tensões internas no partido e favoreceu as elites em detrimento das camadas mais pobres da população. Durante seu mandato, aqueles que se opunham às decisões do governo e do partido, foram frequentemente marginalizados, o que contribuiu para o enfraquecimento do debate democrático. Nesse contexto, a democracia sul-africana demonstrou pouca sensibilidade às demandas da maioria empobrecida, ampliando a distância entre Estado e sociedade.

A desconexão entre o governo de Thabo Mbeki e as necessidades da população manifestou-se de forma crítica em dois eixos: a gestão da saúde pública e o aumento expressivo dos índices de violência e criminalidade no País. O setor de saúde, assolado por deficiências estruturais e escândalos de má gestão, enfrentou uma postura governamental repressiva frente às denúncias veiculadas pela mídia. Paralelamente, Mbeki minimizava os índices alarmantes de criminalidade, tratando a insegurança pública como uma questão periférica. De forma controversa, o governo frequentemente desqualificava as críticas às precariedades sociais; chamando as reclamações de

'dogmatismo racial', operando um mecanismo de negação da realidade que contribuía para a revitimização dos cidadãos dependentes do suporte estatal.

A desigualdade estrutural na África do Sul fundamentou-se em um sistema histórico de exploração que vinculava a supremacia racial europeia ao controle de recursos vitais (Pereira, 2011). Corroborando a perspectiva de Pereira, sobre as raízes coloniais da exploração, Braga (2010) aponta que os fundamentos ideológicos, políticos e culturais do racismo institucionalizado já estavam presentes na fundação da colônia. O êxito da estrutura socioeconômica sul-africana foi, desde o princípio, dependente da exploração sistemática da população nativa. Essa lógica baseava-se em uma identidade africânder construída sobre bases raciais exclusivistas, que servia para justificar a segregação como uma necessidade de preservação comunitária.

Nesse contexto, Braga (2010) enfatiza que a escravidão na África do Sul apresentou contornos de severidade que muitas vezes superavam o modelo das Américas. As raízes do racismo contemporâneo remontam, em grande parte, às Repúblicas Bôeres, onde mecanismos de controle social, como o confinamento geográfico e o sistema de passes (controles de circulação), foram testados. Como bem observa Pereira (2011) ao analisar a estruturação do regime, essas práticas não foram inventadas pelo *Apartheid* em 1948, mas sim herdadas e elevadas ao status de política oficial de Estado.

A intensificação desse modelo ocorreu com a descoberta de ouro e diamantes, momento em que a divisão racial adquiriu uma função econômica estratégica. Braga (2010) observa que o interesse nacional britânico impulsionou uma segregação que aniquilou direitos civis básicos, como a liberdade de locomoção e de expressão. O cotidiano era marcado por uma "geografia da exclusão", visível nas placas de "*whites Only*" ("*apenas brancos*"), e estendida até o âmbito esportivo, pois a proibição de equipes multirraciais e a exclusão de atletas negros de representações internacionais não eram apenas medidas sociais, mas formas de reafirmar a hierarquia racial em todas as dimensões da vida pública.

Essa segregação total encontrou sua base teórica no pensamento de Geoffrey Cronjé. Considerado um dos arquitetos doutrinários do *Apartheid*, Cronjé defendia a separação absoluta como um imperativo de sobrevivência. Em sua visão:

Quanto mais radicalmente for implementada a separação racial, melhor ela será e quanto mais consequentemente a política de apartheid for posta em prática, tanto

mais eficientemente estará assegurada nossa pureza racial e nossa sobrevivência racial europeia genuína (Cronjé apud Ribeiro, 1994, p. 20).

Analistas como Coetzee e Ribeiro ressaltam que Cronjé conferia ao racismo uma justificação teológica. Para ele, a separação era um desígnio divino e a mistura racial uma afronta à vontade de Deus. Essa visão transformava a exclusão política e a exploração econômica, amplamente discutidas por Pereira (2011), em uma "missão espiritual", tornando a resistência ao regime não apenas um crime político, mas, na visão do opressor, um ato de desobediência religiosa.

Conforme Pereira (2011) e Haffner (2022), a expropriação de terras e a expulsão violenta de comunidades locais de áreas mineradoras, iniciadas no século XIX, visavam não apenas o domínio territorial, mas a criação de uma massa de trabalhadores nativos forçada à servidão.

Assim, ao relacionar a análise de Pereira (2011) com a de Haffner (2022), percebe-se que tanto a exclusão territorial quanto a imposição de relações de trabalho forçadas não foram fatos isolados, mas expressões complementares de um mesmo processo histórico. As crises, mobilizações e guerras que marcaram a trajetória sul-africana revelam, portanto, não apenas

a violência do sistema colonial e minerador, mas também o persistente desejo de independência e de afirmação social por parte da população nativa.

No século XX, o Estado sul-africano consolidou a desigualdade rural ao operar um sistema de suporte financeiro dual. Enquanto os fazendeiros brancos dispunham de uma rede de proteção estatal, que incluía subsídios, garantias contra perdas e crédito subsidiado via Land Bank, os produtores negros enfrentavam uma exclusão institucional sistemática. Conforme aponta Haffner (2022), esse protecionismo racializado não apenas favoreceu a acumulação de capital branco, como inviabilizou a competitividade e o acesso à terra para a população nativa, cristalizando as disparidades no campo.

A África do Sul Pós-1994

A África do Sul pós-Apartheid institucionalizou a ruptura com o seu passado segregacionista através da adoção de um modelo de democracia liberal. O ápice desse processo foi a promulgação da Constituição de 1996, um documento ambicioso que visava pacificar as tensões históricas ao garantir cidadania plena e direitos políticos universais. Como observa Mamdani (1996), o novo texto constitucional não buscou apenas o encerramento formal do regime autoritário, mas a criação de um arcabouço democrático capaz de

sustentar um pacto federativo estável. No entanto, essa 'igualdade jurídica' estabelecida em 1996 enfrentaria o desafio monumental de dismantlar as bases materiais da desigualdade que, segundo Pereira (2011), foram solidificadas durante décadas de exploração.

Contraditoriamente aos avanços institucionais da era democrática, a África do Sul consolida-se, contemporaneamente, como uma das nações mais desiguais do globo. Embora o país figure como uma economia em desenvolvimento, ele preserva marcas estruturais de uma desigualdade que, conforme reiteram Haffner (2022) e Pereira (2011), mergulha suas raízes no segregacionismo histórico. Na atualidade, a segmentação geográfica, herança direta do planejamento urbano do Apartheid, permanece como um mecanismo de exclusão, funcionando como um filtro determinante que restringe o acesso à educação de qualidade e ao mercado de trabalho, perpetuando assim o ciclo de disparidades regionais e raciais.

No que tange à questão fundiária, a África do Sul contemporânea ainda preserva uma distribuição de terras que espelha os padrões coloniais, pois aproximadamente 70 mil fazendeiros brancos detêm o controle da maioria das áreas produtivas e férteis (Haffner, 2022). Esse monopólio remete diretamente à gênese da colonização, período em que a expropriação territorial foi utilizada como ferramenta para converter as populações nativas em mão de obra dependente, privando-as do acesso a recursos vitais como água e gado. Assim, a atual concentração de terras não é apenas um resquício econômico, mas uma herança discriminatória que cristaliza processos históricos de exclusão e dominação, impedindo uma democratização real da estrutura produtiva do país.

A compreensão da dinâmica segregacionista passa pelas ideias de Geoffrey Cronjé, sociólogo e um dos principais teóricos do Apartheid. Cronjé sustentava que o governo africânder deveria promover a separação total entre os grupos nas esferas racial, social, sexual, nacional e cultural. Conforme afirma o autor:

Quanto mais radicalmente for implementada a separação racial, melhor ela será e quanto mais consequentemente a política de apartheid for posta em prática, tanto mais eficientemente estará assegurada nossa pureza racial e nossa sobrevivência racial europeia genuína (Ribeiro apud Cronjé, 1994, p. 20).

Sobre a fundamentação ideológica de Geoffrey Cronjé, John Maxwell Coetzee e Fernando Rosa Ribeiro

analisam as implicações desse pensamento nos seguintes termos:

Cronjé acreditava que a variedade racial era a vontade de Deus, e o homem deveria agir para que essa variedade fosse mantida, sem que essas raças se misturassem. Cada raça tem o seu chamado e deve cumprir o seu destino conforme os desejos divinos. O contato racial provoca a alienação da própria cultura e até a desnacionalização, representando uma violência ao designio divino.

Ao refletir sobre a trajetória de John Dube, Barros (2021) discorre sobre a complexa relação entre nação, memória e história na África do Sul, apontando para a urgência de uma transformação estrutural no país:

A África do Sul precisaria promover a “reversão das desigualdades raciais acumuladas historicamente pelo colonialismo, pela escravidão, pela segregação e pelo racismo” e “construir uma identidade nacional que não desmereça ou anule as identidades étnicas e que não traga embutida em si o racismo de atitudes e de preferências que está entranhado nas identidades nacionais europeias e americanas, do Norte e do Sul (Barros, 2021).

A reflexão de Dube, sublinhada por Barros (2021), revela que a superação do Apartheid não se restringe à criação de uma ordem democrática formal, mas exige a construção de uma identidade nacional que seja verdadeiramente inclusiva. Nesse sentido, o desafio da África do Sul contemporânea consiste em conciliar diversidade cultural e coesão social, sem reproduzir os mecanismos de exclusão herdados do colonialismo. Essa perspectiva permanece atual, pois, embora o país tenha avançado institucionalmente, ainda convive com profundas desigualdades raciais e socioeconômicas que comprometem a efetivação de uma cidadania plena.

Diante de um legado de desigualdades

estruturais, a própria sociedade sul-africana articulou iniciativas voltadas à transformação dessa realidade. Um exemplo emblemático reside na atuação de Desmond Tutu (1931–2021), arcebispo anglicano que se notabilizou pela defesa de uma sociedade fundamentada na equidade de direitos civis e na dissolução das barreiras raciais.

Uma pessoa com Ubuntu está aberta e disponível aos outros, não preocupada em julgar os outros como bons ou maus, e tem consciência de que faz parte de algo maior e que é tão diminuída quanto seus semelhantes que são diminuídos ou humilhados, torturados ou oprimidos (TUTU, 1999 apud LEMES, 2020, p. 15).

Conforme postula Lemes (2020), a filosofia Ubuntu manifesta-se em indivíduos abertos e disponíveis ao próximo, desprovidos do ímpeto de julgamento. Sob essa ótica, o sujeito possui a consciência de que integra uma totalidade maior, compreendendo que sua própria dignidade é ferida sempre que seus semelhantes são diminuídos, humilhados ou oprimidos.

A democracia caracteriza-se pela realização de pleitos eleitorais competitivos, nos quais os representantes são investidos pelo voto popular e as forças políticas no poder podem, efetivamente, ser substituídas por meio da alternância democrática. Na África do Sul, entretanto, o sufrágio universal concretizou-se apenas em abril de 1994, encerrando formalmente o regime do Apartheid e viabilizando a promulgação da Constituição de 1996 (Ato 108 de 1996), marco da refundação democrática do país.

Contudo, a realidade política sul-africana, que durante décadas se aproximou de uma 'partidocracia' devido à hegemonia do CNA (Pereira, 2011), atravessa hoje uma transformação sem precedentes. Se em 2009 o partido ainda mantinha um domínio absoluto e quase inquestionável sobre o cenário político, o pleito de maio de 2024 alterou esse paradigma: pela primeira vez desde o fim do Apartheid, o CNA perdeu a maioria parlamentar, obtendo apenas cerca de 40% dos votos. Esse novo cenário forçou o país a abandonar o modelo de partido único dominante para adotar um Governo de Unidade Nacional, exigindo coalizões com partidos de oposição e sinalizando um amadurecimento, ainda que instável, da competitividade democrática sul-africana.

Essa hegemonia prolongada do CNA, embora compreensível em função de sua liderança histórica na luta contra o Apartheid, foi alvo de críticas crescentes quanto ao funcionamento da democracia sul-africana.

Por décadas, a escassez de alternância no poder fragilizou os mecanismos de controle, reduzindo o pluralismo e favorecendo crises de corrupção sistêmica. Todavia, esse ciclo atingiu um ponto de inflexão histórico nas eleições de maio de 2024, quando o partido perdeu a maioria absoluta pela primeira vez. Assim, o desafio contemporâneo não reside mais apenas em questionar a hegemonia do CNA, mas em gerir a nova era de coalizões políticas, buscando consolidar uma democracia representativa que seja capaz de responder às profundas desigualdades sociais que o modelo de 'partido dominante' não conseguiu solucionar.

Em contrapartida, malgrado a persistência de divisões sociais e raciais, observa-se que na África do Sul, bem como em diversas regiões do continente, as comunidades preservam a ética do Ubuntu. Trata-se de uma filosofia humanista alicerçada na solidariedade, na coletividade e no reconhecimento do outro como parte intrínseca da própria existência. Uma ilustração emblemática desse preceito foi relatada pela filósofa Lia Diskin durante o Festival Mundial da Paz, ocorrido em 2006, em território sul-africano.

O relato de Lia Diskin (2006) descreve a experiência de um antropólogo em uma comunidade banto na África do Sul. Ao propor uma competição em que a criança mais veloz ganharia uma cesta de frutas, o pesquisador foi surpreendido: ao sinal de partida, as crianças deram-se as mãos e correram juntas em direção ao prêmio. Ao serem questionadas sobre o porquê de não terem competido individualmente, responderam: 'Ubuntu! Como um de nós poderia ficar feliz se todos os outros estivessem tristes?'.

Esse episódio sintetiza o contraste entre a lógica segregacionista do passado e a proposta de uma nova sociabilidade para a África do Sul contemporânea. Enquanto o regime do Apartheid e as estruturas neoliberais de 'partidocracia' fomentam a competição e a exclusão, o Ubuntu resgata a interdependência como tecnologia social de sobrevivência e emancipação. No contexto da Educação, tal filosofia revela-se fundamental: o processo de ensino-aprendizagem deixa de ser uma corrida individual pelo sucesso para tornar-se uma construção coletiva, onde a superação das desigualdades históricas só é possível por meio do reconhecimento da humanidade do outro. Assim, a democratização plena do país, e das salas de aula, depende da transição de uma ética da exclusão para uma ética do compartilhamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a derrocada do regime do Apartheid inaugurou um período de reformas profundas que, embora essenciais para a superação da segregação legal, desencadearam desafios estruturais complexos. O intenso fluxo migratório da população negra para os centros urbanos expôs a fragilidade da infraestrutura e dos serviços públicos, culminando em uma crise de

habitabilidade. Esse cenário, agravado pela incapacidade do mercado de trabalho em absorver essa mão de obra, fomentou ciclos de pobreza e marginalidade. Como consequência, a África do Sul contemporânea enfrenta o desafio de gerir tensões sociais e índices de violência que colocam em xeque a estabilidade de sua democracia.

Segundo Pereira (2011), os desafios contemporâneos do governo sul-africano são indissociáveis do legado do Apartheid. Entre os pontos críticos, destacam-se a necessidade de consolidar uma democracia substancial, o enfrentamento das persistentes barreiras de exclusão racial e a urgência em universalizar o acesso às políticas públicas, garantindo, de forma efetiva, os direitos fundamentais da população negra.

Nesse sentido, deve-se reconhecer que os mitos sociais desempenham um papel crucial na construção de identidades coletivas, ao moldarem narrativas sobre o passado e as projeções de futuro de uma nação. O conceito de 'nação arco-íris', emblema da África do Sul pós-Apartheid, exemplifica essa dimensão simbólica. Todavia, como argumenta Pereira (2011), assim como ocorre com o mito da democracia plena, essa idealização tende a obscurecer contradições estruturais, visto que o tecido social permanece clivado por profundas e persistentes divisões raciais e socioeconômicas.

A política histórica de segregação, que marginalizou sistematicamente a maioria negra desde o período colonial, já era identificada como um entrave estrutural nos primórdios dos movimentos de emancipação africanos. No entanto, seus efeitos permanecem presentes no tecido social sul-africano. Nesse cenário, a África do Sul contemporânea enfrenta o complexo desafio de consolidar e sustentar um sistema político multirracial que seja capaz de converter a igualdade jurídica em equidade social efetiva.

Esse desafio exige não apenas a manutenção das instituições democráticas, mas também o fortalecimento de políticas sociais inclusivas que promovam integração, equidade e justiça. Somente por meio da desconstrução das raízes discriminatórias profundamente enraizadas na sociedade, será possível avançar em direção a um projeto nacional mais coeso e genuinamente democrático.

As análises desenvolvidas ao longo deste trabalho permitiram compreender que a desigualdade social na África do Sul não é um fenômeno recente, mas sim uma construção histórica que atravessa séculos de colonização, escravidão e segregação racial institucionalizada pelo regime do Apartheid.

Verificou-se que a lógica de exploração imposta pelos colonizadores europeus consolidou um modelo de sociedade baseado na concentração de terras, na marginalização da população nativa e no acesso desigual a direitos básicos como educação, saúde e emprego. Essa estrutura foi aprofundada pelo

Apartheid, que oficializou juridicamente a separação racial, criando barreiras sociais e econômicas cujos efeitos persistem até hoje.

A transição democrática de 1994 representou um marco histórico, sobretudo pela eleição de Nelson Mandela e pela promulgação de uma Constituição que buscou garantir cidadania plena a todos. No entanto, as marcas do passado continuam visíveis em: altos índices de desemprego, violência, pobreza extrema e concentração de renda. Os dados atuais revelam que grande parte da população negra permanece em posição de vulnerabilidade, enquanto a elite econômica ainda é majoritariamente branca.

Diante desse cenário, a desigualdade sul-africana deve ser compreendida como uma herança estrutural, fruto de uma exclusão histórica que atravessou séculos. Contudo, a persistência dessas disparidades e a lentidão na redistribuição de terras e oportunidades econômicas culminaram em um ponto de inflexão política: as eleições de maio de 2024. Pela primeira vez em três décadas, o CNA perdeu sua maioria absoluta, refletindo o descontentamento social com a manutenção das hierarquias de privilégio. Assim, o país entra em uma era de governança por coalizão, enfrentando o desafio urgente de fortalecer políticas públicas que transformem o marco jurídico da democracia em uma inclusão social e econômica tangível para a maioria negra.

Os dados analisados revelam que, embora a África do Sul tenha avançado na institucionalização de sua democracia, a herança do colonialismo ainda se manifesta em disparidades socioeconômicas que afetam o acesso ao conhecimento. A análise do pensamento de ideólogos como Geoffrey Cronjé, em contraste com a liderança humanista de Desmond Tutu, evidencia um embate entre uma lógica de exclusão e uma busca pela reconciliação nacional. Esses resultados sugerem que a estabilidade política do país é indissociável de uma reforma educacional que reconheça as identidades étnicas e culturais outrora silenciadas.

Ao final desta discussão, o relato de Lia Diskin sobre o comportamento coletivo das crianças banto sintetiza o potencial transformador da filosofia Ubuntu quando transposta para o ambiente escolar. Pois esse exemplo deixa de ser uma metáfora e torna-se um método: a educação deve ser compreendida como um esforço coletivo de 'correr de mãos dadas'. Conclui-se que o sucesso pedagógico não reside na competição individual, mas na construção de uma rede de apoio em que o progresso de um aluno é a celebração de todos.

Assim, o Ubuntu apresenta-se como a ferramenta essencial para reverter o estigma da exclusão e garantir que a educação seja, de fato, um exercício de liberdade e humanidade partilhada.

A superação das desigualdades estruturais na África do Sul não pode ser concebida apenas no âmbito econômico ou político, mas exige, de forma central,

uma transformação no campo educacional. Nesse contexto, a educação assume um papel estratégico não apenas como instrumento de acesso ao conhecimento, mas como prática social capaz de promover consciência crítica, valorização da diversidade e reconstrução das identidades historicamente marginalizadas.

Ao incorporar a filosofia Ubuntu como fundamento pedagógico, a escola pode tornar-se um espaço de resistência e reconstrução social, no qual a solidariedade, a interdependência e o reconhecimento do outro orientem práticas educativas comprometidas com a justiça social. Dessa forma, a educação deixa de ser apenas um mecanismo de mobilidade individual e passa a atuar como ferramenta coletiva de reparação histórica, contribuindo para a consolidação de uma democracia efetivamente inclusiva e para a formação de sujeitos capazes de intervir de maneira crítica e transformadora na realidade.

Por fim, este estudo permite concluir que a África do Sul, embora consolidada como uma das maiores potências econômicas do continente, enfrenta a complexa missão de harmonizar estabilidade democrática com justiça social efetiva. O enfrentamento das desigualdades estruturais exige mais do que reformas institucionais; requer a desconstrução de mentalidades segregacionistas e o fortalecimento de uma cultura política alicerçada nos princípios do Ubuntu. É na valorização da solidariedade, da coletividade e da humanidade compartilhada que reside a possibilidade de uma nação verdadeiramente integrada e resiliente diante de seus desafios contemporâneos.

REFERÊNCIAS

1. BARROS, Antônio Evaldo Almeida. **NAÇÃO, MEMÓRIA E HISTÓRIA NA ÁFRICA DO SUL ATRAVÉS DE JOHN DUBE**. ARTIGOS LIVRES • História 40 • 2021. Disponível em: <
2. <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2021025>>. Acessado em 29 de novembro de 2024.
3. BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. Dissertação de Mestrado. Instituto de relações internacionais. Programa de Pós- Graduação em. Rio de Janeiro. Agosto de 2010. PUC-Rio-Certificação Digital Nº 0812654/CA.
5. HAFFNER, Jacqueline A. **A formação do Estado nacional sul-africano**. RELAÇÕES INTERNACIONAIS DEZEMBRO. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.23906/ri2022.76a05>>. Acessado em 29 de novembro de 2024.
6. HERRERA, Humberto. **Caminhar juntos**. 6º ano. Ensino Religioso. 2 ed. – São Paulo. Edições SM. 2022.
8. LEMES, Marcos Vinicius. Ubuntu em tempos de pandemia. Revista, v. 3, n. 4, p. 15, 2020.
9. MAMDANI, Mahmood. *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton: Princeton University Press, 1996. Disponível em: <https://therestjournal.com/wp-content/uploads/2019/03/JGA_Vol8_No2_BR4.pdf>. Acesso em setembro de 2025.
10. PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A (Longa) História da Desigualdade na África Do Sul**.
11. Philia&Filia, Porto Alegre, vol. 02, nº 1, jul./dez. 2011.
12. RIBEIRO, Fernando Rosa. **A Construção da nação na África do Sul: a ideologia individualista e o Apartheid**. Estudos Ciências Sociais, vol. 3, Rio de Janeiro: UFRJ. (1994).
13. SAHO – South African History Online. Rainbow Nation. 2010. Disponível em: <https://www.sahistory.org.za>>. Acesso em setembro de 2025.
14. SOUTH AFRICA. Constitution of the Republic of South Africa, 1996. Pretoria: Government of South Africa, 1996.
15. VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Pereira (2011) Danilevicz. **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. -- Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. 272p.